

RELATÓRIO DE STATUS DE EXECUÇÃO

COMPROMISSO 1 – INSTRUMENTOS PARA APRIMORAR TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA 2º TRIMESTRE DE 2025

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Status de Execução - RSE é o instrumento fundamental para acompanhamento dos marcos estabelecidos para o alcance dos compromissos pactuados no âmbito do 6º Plano de Ação brasileiro. Este relatório apresenta as informações sobre as ações desenvolvidas no segundo trimestre de 2025, prestadas pelo grupo de organizações integrantes do Compromisso. Monitorar o compromisso consiste em acompanhar a execução de cada marco, a fim de conhecer, analisar e dar transparência aos resultados alcançados e aos aprendizados obtidos pelas organizações envolvidas no processo.

DADOS DO COMPROMISSO

Descrição				
Criar ou aperfeiçoar, bem como disseminar instrumentos que viabilizem a transparência, o engajamento, a participação e o controle social efetivos e qualificados nas fases do ciclo de políticas públicas de infraestrutura: hierarquização de problemas, análises de soluções alternativas, detalhamento e execução de planos e projetos.				
Coordenador				
Controladoria - Geral da União – CGU				
Demais Atores				
Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT	Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA	GT Infraestrutura	Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Instituto de Energia e Meio Ambiente – IEMA	Instituto Socioambiental - ISA	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI	Ministério das Minas e Energia – MME	Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática (MMA)
Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO	Ministério dos Transportes – MT	Secretaria-Geral da Presidência da República - SG-PR	Transparência Internacional Brasil – TI Brasil	Infrastructure Transparency Initiative – CoST

Neste compromisso foram definidos os seguintes marcos com níveis distintos de complexidade e com a participação de diferentes atores.

Marcos	
1	Mapeamento de boas práticas e oportunidades de transparência, participação e controle social no processo decisório do planejamento, da execução e do monitoramento de investimentos de infraestrutura
2	Proposição de alterações normativas que indiquem, para cada setor relevante, as fases em que a participação social é importante e necessária, mas ainda não prevista ou insuficiente
3	Aperfeiçoar o “Obras.Gov” de modo que contemple, de forma atualizada, todos os projetos de infraestrutura federais e as respectivas informações de seleção, planejamento, execução e monitoramento
4	Realizar ações de mobilização e capacitação para assegurar que o “Obras.Gov” seja devidamente preenchido e atualizado
5	Criação de espaço de diálogo permanente entre governo e sociedade sobre a agenda de aperfeiçoamento de planos e projetos de investimento em infraestrutura
6	Apresentação de proposta de aperfeiçoamento da transparência e controle social dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC para o Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento – CGPAC
7	Dialogar e sensibilizar gestores públicos acerca de linguagem cidadã, transparência e participação em obras de infraestrutura
8	Desenvolver iniciativas para formação e engajamento para transparência e participação social
9	Levantamento de recomendações e boas práticas de transparência de infraestrutura, contemplando diretrizes, bases de dados e categorias de informações, e realização de diagnóstico do estado atual da transparência da infraestrutura no governo federal

A seguir é possível observar o gráfico que demonstra situação do andamento dos marcos:



MARCO CONCLUÍDO

MARCO	ORGANIZAÇÕES ENVOLVIDAS	PREVISÃO DE FIM
6 Apresentação de proposta de aperfeiçoamento da transparência e controle social dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC para o Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento – CGPAC	TI Brasil (Coordenador) CGU GT Infraestrutura IBRAOP Instituto Socioambiental	DEZ/24

Detalhamento das Ações:

No primeiro trimestre de 2025, os resultados da Nota Técnica sobre a transparência e participação social do Novo PAC foram apresentados para os membros do compromisso, destacando a importância de engajamento e possibilidade de ações para aprimorar a divulgação de informações e espaços de diálogo com a sociedade no âmbito do Programa. O documento da Nota Técnica foi diagramado pela CGU e ainda será publicado em transparência, aguardando retorno da CGU quanto a essa divulgação. Foram feitas novas tentativas de diálogos com a Casa Civil quanto as recomendações elaboradas, porém sem sucesso.

MARCOS EM ANDAMENTO

MARCO	ORGANIZAÇÕES ENVOLVIDAS	PREVISÃO DE FIM
1 Mapeamento de boas práticas e oportunidades de transparência, participação e controle social no processo decisório do planejamento, da execução e do monitoramento de investimentos de infraestrutura	CGU (Coordenador) IEMA (Coordenador) GT Infraestrutura IBAMA Instituto Socioambiental MMA SEGES/MGI SEPLAN/MPO SG SOF/MPO	DEZ/25

Detalhamento das Ações:

Os coordenadores dos Marcos 1 e 2 (CGU e IEMA) estão trabalhando na elaboração de uma Nota Técnica com propostas de ações para o cumprimento dos Marcos 1 e 2 do Compromisso 1. O documento engloba o mapeamento de práticas e instrumentos de transparência, participação e controle social no âmbito do Planejamento Integrado de Transportes (PIT) e do Plano Nacional de Logística 2050 (PNL 2050). Esse trabalho visa a identificação de lacunas e desafios; propostas para o fortalecimento da participação social e adequação normativa (Referente ao Marco 2); bem como a formulação de um Plano de Ação, como propostas detalhadas para os Marcos 1 e 2.

Paralelamente, foi realizado no âmbito do Marco 1 o evento “Reunião de Grupo Focal no Âmbito do PNL 2050: Sociobiodiversidade”, no dia 04 de junho de 2025, para debater logística de cadeias produtivas e sobre a logística de produtos e mobilidade e abastecimento de povos e comunidades tradicionais no âmbito do Plano Nacional de Logística 2050. O evento, que contou com três mesas de debate e uma oficina temática, foi organizado pelo Instituto Socioambiental (ISA), Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA), Grupo de Trabalho Infraestrutura e Justiça Socioambiental (GT Infra), Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (Ibraop) e da Transparência Internacional Brasil, com a colaboração do Ministério dos Transportes (MT) e da Controladoria-Geral da União (CGU), que uniram esforços para promover o debate qualificado sobre a logística e infraestrutura para as comunidades tradicionais e a sociobiodiversidade no Brasil.

Link relacionado: <https://energiaeambiente.org.br/sociobiodiversidade-grupo-focal-discute-logistica-de-produtos-e-mobilidade-de-pessoas-no-plano-nacional-de-logistica-2050-20250606>

2 Proposição de alterações normativas que indiquem, para cada setor relevante, as fases em que a participação social é importante e necessária, mas ainda não prevista ou insuficiente	CGU (Coordenador) GT Infraestrutura IBAMA IEMA Instituto Socioambiental	DEZ/25
--	---	--------

		MMA	
Detalhamento das Ações:			
Mesmo registro do Marco 1.			
3	Aperfeiçoar o “Obras.Gov” de modo que contemple, de forma atualizada, todos os projetos de infraestrutura federais e as respectivas informações de seleção, planejamento, execução e monitoramento	SEGES/MGI (Coordenador) ANTT CGU GT Infraestrutura IBRAOP Instituto Socioambiental MME MT SEPLAN/MPO SOF/MPO TI Brasil	JUN/25

A SEGES/MGI realizou reunião e apresentou a situação do Plano de Trabalho elaborado no âmbito do Marco 3 aos demais participantes, a fim de colher outras sugestões de melhorias a serem executadas no Obrasgov.br. As seguintes atividades foram desenvolvidas ou estão em andamento e estão detalhadas no Plano de Trabalho:

1. Melhoria de navegabilidade por substituições de modais (DNIT) - Concluída;
2. Filtro do novo PAC Obrasgov – Painel (TI) - concluída;
3. Link Falabr no Obrasgov (TI) - concluída;
4. Mapa de análise por bacias (ISA) - concluída;
5. Pesquisar projetos por áreas de restrição (TI) - em fase de conclusão;
6. Link transparência no Obrasgov e Painel para acesso livre ao Transferegov.br (TI) – concluída;
7. Campo para informar a justificativa para a ausência de estudo de viabilidade (TI) – concluída;
8. Implementar funcionalidade para vinculação ao respectivo Plano Anual de Contratações (TI) – parcialmente concluída;
9. Consulta pode ser realizada em aba "Emendas" no Painel do Obrasgov.br (TI) – concluída;
10. Implementação de legenda em áreas de restrição, melhoria de navegabilidade e serviço de localização do OpenStreetMap (TI) – em desenvolvimento;
11. Aprimoramento dos filtros de informação (TI) – em desenvolvimento;
12. Inclusão de campos relacionados ao Licenciamento ambiental (TI) – em desenvolvimento;
13. Inclusão de campos relacionados a Consulta livre, prévia e informada (TI) – em desenvolvimento;
14. Inclusão de campos relacionados a Auditorias e fiscalizações (TI) – concluída;
15. Inclusão de campos na seção de cadastro de informações de projetos, obras etc. (TI) – concluída;
16. Inclusão de campos na seção de contratos (TI) – concluída;
17. Pesquisar as intervenções pelas áreas de restrição (TI) – concluída;
18. Sugestão do MME já existe e está no Painel do Obrasgov e na API de Dados Abertos do Obrasgov.br – concluída;
19. Garantir a completude das informações do Obrasgov.br: Estabelecer mecanismos que garantam a completude das informações do Obrasgov.br (CGU) – em desenvolvimento;
20. Identificar os motivos de não atualização periódica do Obrasgov.br (CGU) – em desenvolvimento;
21. Revisar os dados do sistema (CGU) – em desenvolvimento;
22. Obrigar a atualização periódica das informações (CGU) – em desenvolvimento;
23. Acrescentar dados de Licitação e ao Contrato (IBRAOP) – concluída;
24. Acrescentar dados de Execução contratual (IBRAOP) – concluída;
25. Acrescentar dados de Responsabilidade técnica da obra: números dos CREAs (ARTs), ou CAU (RRTs), dos fiscais da obra e de representantes da empresa contratada (IBRAOP) – em desenvolvimento;
26. Inclusão de novas bases para o georreferenciamento: assentamentos rurais, traçado de rios, biomas e a inclusão de filtros de pesquisa no Painel Obrasgov.br - em desenvolvimento

Além disso, está em fase de elaboração (esboço) a cartilha “Obrasgov - Transparência em execução de Projetos de Investimento em Infraestrutura pelo Brasil”. A publicação tem objetivo de apresentar como o Obrasgov.br demonstra as execuções de recursos e suas informações.

4	Realizar ações de mobilização e capacitação para assegurar que o “ Obras.Gov ” seja devidamente preenchido e atualizado.	SEGES/MGI (Coordenador) CGU CONFEA IBRAOP	JUN/2027
---	--	--	----------

O Marco 4 é trabalhado na [Rede de Parcerias](#) por meio dos Fóruns Regionais que acontecem durante o ano, do Fórum Nacional que aconteceu durante o mês de junho em Brasília. Além disso, a Diretoria de Transferências e Parcerias da União desenvolve diversas atividades de capacitação, inclusive de utilização dos sistemas como Transferegov, cujas informações são transmitidas ao Obrasgov. Durante o X Fórum Nacional de Transferências e Parcerias da União, entre 3 a 5 de junho, foi realizada a Jornada de Obras em que foi apresentado o Obrasgov. Além disso também tiveram palestras sobre o BIM (Building Information Modeling), ou Modelagem da Informação da Construção, sendo uma relacionada à Estratégia BIM-BR e outra sobre a incorporação do BIM no Obrasgov.

O Marco 4 está sendo trabalhado dentro dos Eixos da Estratégia BIM-BR, em especial o Eixo voltado para a Administração Pública dentro das seguintes atividades:

- Apoiar a realização de Caravanas para disseminação do BIM pelo território nacional;
- Apoiar e participar de eventos, seminários e workshops promovidos por entidades do setor;
- Apoiar o MGI na estruturação de interface BIM nos atuais sistemas estruturantes de gestão e transferências de recursos da União, ampliando suas funcionalidades.

As atividades apresentadas já estão sendo iniciadas. Os Grupos Técnicos da Estratégia BIM já foram definidos e em maio foi realizada a primeira reunião do GT, com as seguintes atividades a serem executadas e que beneficiam o cumprimento do Marco 4:

- Ação 25: A equipe iniciou uma oficina de descoberta para implementar um novo módulo de gestão e gerenciamento de obras dentro do sistema Obras Gov – Obras Gov 2.0 - que incluirá o uso do BIM nos sistemas estruturantes.
- Relato sobre as Caravanas, onde houve um grande interesse de capacitação, com mais de 100 interessados em Sergipe, demonstrando um alto nível de engajamento e participação dos agentes públicos nas iniciativas de aprendizado.

O Marco 4 também está sendo executado por meio principalmente das discussões realizadas dentro do Acórdão 2134/2023 e ações complementares realizadas em outros acórdãos e normativos como:

- esclarecimentos aos órgãos do governo federal sobre o preenchimento dos dados referentes aos investimentos em infraestrutura;
- integração entre os sistemas de gestão de projetos e obras dos órgãos com o Obrasgov;

Por fim, dentro das Ações PNGI – Plano Nacional de Gestão e Inovação, trabalha-se junto aos Estados e Municípios para adesões ao Obrasgov. Nesse sentido tem sido desenvolvidas ações junto aos Estados do Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte. Recentemente o Estado de São Paulo aderiu ao Obrasgov com o compromisso de adoção do Obrasgov.br como sistema a ser utilizado pelo governo estadual.

Links relacionados:

<https://www.gov.br/transferegov/pt-br/noticias/noticias/2025/junho/forum-nacional-das-transferencias-e-parcerias-da-uniao-celebra-10-anos-da-rede-de-parcerias-com-foco-na-cooperacao-federativa>

<https://www.gov.br/transferegov/pt-br/noticias/noticias/2025/junho/modelagem-bim-e-protagonista-no-x-forum-nacional-de-transferencias-e-parcerias-da-uniao>

5	Criação de espaço de diálogo permanente entre governo e sociedade sobre a agenda de aperfeiçoamento de planos e projetos de investimento em infraestrutura.	SEGES/MGI (Coordenador) CONFEA GT Infraestrutura IEMA Instituto Socioambiental SNPS – SG/PR TI Brasil	JUN/2027
---	---	---	----------

O Marco 5 também é trabalhado na Rede de Parcerias por meio dos Fóruns Regionais que acontecem durante o ano, do Fórum Nacional que aconteceu durante o mês de junho em Brasília. Além disso, a Diretoria de Transferência e parcerias da União desenvolve diversas atividades de capacitação, inclusive de utilização dos sistemas como Transferegov, cujas informações são transmitidas ao Obrasgov. Durante o X Fórum Nacional de Transferências e Parcerias da União, entre 3 a 5 de junho, foi realizada a Jornada de Obras em que foi apresentado o Obrasgov e como acontece em todo ano, a palestra estava cheia. Além disso também tiveram palestras sobre o BIM (Building Information Modeling), ou Modelagem da Informação da Construção, sendo uma relacionada à Estratégia BIM-BR e outra sobre a incorporação do BIM no Obrasgov.

O Marco 5 está sendo trabalhado dentro dos Eixos da Estratégia BIM-BR, em especial o Eixo voltado para a Administração Pública dentro da seguinte atividade:

- Apoiar e participar de eventos, seminários e workshops promovidos por entidades do setor.
- Importante frisar que como o MGI não é órgão finalístico, optou por desenvolver o trabalho de espaço de diálogo aos mecanismos já existentes sob coordenação do Ministério, isto é, a Rede de Parcerias.

As atividades serão executadas dentro dos Eixos da Estratégia BIM-BR, visto que o Transferegov.br passará a receber projetos e obras em BIM que serão visualizadas no Obrasgov.br.

As atividades apresentadas já foram iniciadas. Os Grupos Técnicos da Estratégia BIM já foram definidos e em maio foi realizada a primeira reunião do GT, com as seguintes atividades a serem executadas e que beneficiam o cumprimento do Marco 4:

- Ação 25: A equipe iniciou uma oficina de descoberta para implementar um novo módulo de gestão e gerenciamento de obras dentro do sistema Obras Gov – Obras Gov 2.0 - que incluirá o uso do BIM nos sistemas estruturantes.

Além da Estratégia BIM BR, também está sendo trabalhado dentro das seguintes ações:

- Acórdão 2134/2023;
- Acórdão 517/2024;
- Demandas dos órgãos de controle, Ministério Público, CAU/BR e CREAs

9	Levantamento de recomendações e boas práticas de transparência de infraestrutura, contemplando diretrizes, bases de dados e categorias de informações, e realização de diagnóstico do estado atual da transparência da infraestrutura no governo federal	TI Brasil (Coordenador) CGU IEMA ISA GT Infra IBRAOP CoST	SET/25
---	--	---	--------

Detalhamento das Ações:

Como parte do processo de diagnóstico, durante os meses de maio e junho, foi enviado um formulário para mapeamento de iniciativas e legislações relacionadas à transparência e à participação social na infraestrutura federal. O levantamento abrangeu 10 ministérios e órgãos federais. Ao todo foram recebidas 5 respostas de 4 ministérios (Ministério dos Transportes, Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Ministério do Desenvolvimento Regional e Ministério de Minas e Energia). Os resultados foram compartilhados com os parceiros responsáveis pelo Marco 1 (CGU e IEMA).

No período, também foi iniciada o levantamento de boas práticas e recomendações nacionais e internacionais, que servirá de base para o diagnóstico e as recomendações. Também foi iniciado o desenvolvimento dos critérios de análise dos portais de transparência de obras do governo federal.

MARCOS NÃO INICIADOS

MARCO		ORGANIZAÇÕES ENVOLVIDAS	PREVISÃO DE INÍCIO	PREVISÃO DE FIM
7	Dialogar e sensibilizar gestores públicos acerca de linguagem cidadã, transparência e participação em obras de infraestrutura	CGU*, SNPS – SG/PR, IBRAOP	MAR/25* Atividades do Marco não puderam ser iniciadas no último trimestre, conforme registro anterior. Reiteramos a possibilidade de atuação conjunta	JUN/27

			em produtos e atuações do Marco 4.	
8	Desenvolver iniciativas para formação e engajamento para transparência e participação social	SNPS – SG/PR*, CGU, SEGES/MGI, IBRAOP	MAR/25* Coordenação do compromisso se reunirá com os representantes da Secretaria de Geral da Presidência da República (SG/PR) para alinhamento sobre o Compromisso e objetivos do Marco 8.	JUN/27